

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS CURITIBA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

GISELLE PEREIRA DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS: Programa “Cidade em Movimento”**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2014

GISELLE PEREIRA DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS: Programa “Cidade em Movimento”**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba - como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal”.

Orientador: Prof. MSc. Eduardo Bernardes de Castro

CURITIBA - PR

2014

RESUMO

SOUZA, Giselle Pereira de. Políticas Públicas nos espaços públicos de São José dos Campos: Programa “Cidade em Movimento”. 2014. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2014.

O presente trabalho traz uma abordagem conceitual das políticas públicas no Brasil e os seus desdobramentos na sociedade nas áreas da saúde e bem-estar, com ênfase no Programa “Cidade em Movimento”, que são as academias ao ar livre, desenvolvido na cidade de São José dos Campos, São Paulo. Para tanto, ocorreram não somente pesquisas bibliográficas e documentais a fim de representar essa realidade, mas também, um vasto e minucioso estudo de campo, com a observação e aplicação de questionários dirigidos aos profissionais e usuários de espaços públicos de cinco regiões da cidade, onde ocorre a Iniciativa. Este estudo tem por finalidade constatar a eficiência e efetividade desse Programa perante a população local. A pesquisa utilizada neste trabalho apresenta um panorama heterogêneo da realidade socioeconômica dos moradores de São José dos Campos, hábitos e estilos de vida e opiniões sobre o Programa para que assim, dentro deste contexto, fossem discutidos melhorias, insatisfações e sugestões com relação a essa política pública. Os resultados deste mapeamento foram analisados de acordo com o conceito de efetividade empregado na gestão pública.

Palavras-chave: São José dos Campos. Políticas Públicas. Academias ao ar livre. Efetividade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Item	pág.
GRÁFICO 1-SEXO DOS USUÁRIOS DO PARQUE DA CIDADE	31
GRÁFICO 2-FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES DO PARQUE DA CIDADE	31
GRÁFICO 3-FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS DO PARQUE DA CIDADE	31
GRÁFICO 4-SEXO DOS USUÁRIOS DA PRAÇA ULISSES GUIMARÃES	33
GRÁFICO 5-FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES DA PRAÇA ULISSES GUIMARÃES	33
GRÁFICO 6-FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS DA PRAÇA ULISSES GUIMARÃES	33
GRÁFICO 7-SEXO DOS USUÁRIOS DO PARQUE VICENTINA ARANHA	35
GRÁFICO 8-FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES DO PARQUE VICENTINA ARANHA	36
GRÁFICO 9-FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS DO PARQUE VICENTINA ARANHA	36
GRÁFICO 10-SEXO DOS USUÁRIOS DA VILA SÃO PEDRO	38
GRÁFICO 11-FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES DA VILA SÃO PEDRO	38
GRÁFICO 12-FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS DA VILA SÃO PEDRO	38
GRÁFICO 13-SEXO DOS USUÁRIOS DA PRAÇA ALDO PIRES	40
GRÁFICO 14-FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES DA PRAÇA ALDO PIRES	40
GRÁFICO 15-FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS DA PRAÇA ALDO PIRES	40

SUMÁRIO

Item	pág.
1 INTRODUÇÃO	4
1.1 TEMA	4
1.2 JUSTIFICATIVA	5
1.3 PROBLEMA	5
1.4 OBJETIVOS	5
1.4.1 Objetivo Geral	6
1.4.2 Objetivo Específico	5
1.5 METODOLOGIA	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS AO BEM-ESTAR E SAÚDE	7
2.1.1 Avaliação das políticas públicas	13
2.1.2 Indicadores de avaliação de políticas públicas	15
2.2 AS ATIVIDADES FÍSICAS COMO INSTRUMENTO DE SAÚDE	18
2.3 PROGRAMA “CIDADE EM MOVIMENTO” DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	21
3 METODOLOGIA	25
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO	25
3.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	27
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	29
4.1 ZONA NORTE- PARQUE DA CIDADE	30
4.2 ZONA OESTE- PRAÇA ULISSES GUIMARÃES	32
4.3 CENTRO- PARQUE VICENTINA ARANHA	35
4.4 ZONA LESTE- VILA SÃO PEDRO	37
4.5 ZONA SUL- PRAÇA ALDO PIRES	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
APENDICE	53

1 INTRODUÇÃO

O momento vivido pela população na área da saúde pública no Brasil tem despertado atenção da sociedade brasileira, a fim de refletir, pensar e criar mais políticas públicas voltadas ao bem-estar dos cidadãos de maneira a contribuir para a qualidade de vida e desenvolvimento sadio da sociedade. Programas e projetos são desenvolvidos todos os anos, mas, poucos alcançam a população na sua pluralidade, beneficiando, apenas, uma pequena parcela de cidadãos.

A importância em investir na inclusão da população em políticas públicas ligadas a saúde e bem-estar traz benefícios à comunidade, pois, além de prevenir doenças, envolve as pessoas em atividades esportivas e de lazer trazendo satisfação aos usuários. Apostar em iniciativas que visem à saúde elevam a qualidade de vida da sociedade minimizando a taxa de mortalidade e gastos com a saúde. Porém, muito se questiona sobre a eficiência desses projetos quanto a sua finalidade.

1.1 TEMA

Para tratar sobre a temática políticas públicas ligadas a saúde e bem-estar na Prefeitura de São José dos Campos foi estudado, a fim de embasar o presente estudo, um projeto que já existe há mais de três anos na cidade. O Programa chama-se “Cidade em Movimento” e foi desenvolvido pela Secretaria de Esportes e Lazer do município. A iniciativa, que transforma espaços públicos como: praças e parques em verdadeiras academias ao ar livre, é direcionada ao público de todas as idades e visa envolver e estimular a comunidade a pratica de hábitos saudáveis.

1.2 JUSTIFICATIVA

Desenvolver políticas públicas de saúde e bem-estar num país com tantas desigualdades não é tarefa fácil. O simples fato de criar um programa que visa alcançar a população, não significa que este terá sucesso, será eficiente ou atingirá

resultados, pois, uma gama de fatores implica nesse processo e devem ser pensados e analisados. Quando se trata de saúde e bem-estar é preciso pensar a curto, médio e a longo prazo criando iniciativas que visem combater questões latentes, como o sedentarismo, tão presentes na sociedade brasileira, a fim de melhorar e influenciar na qualidade de vida e na rotina dos brasileiros cumprindo o seu papel social e cultural na vida das pessoas.

Portanto, estudar sobre o tema políticas públicas, a partir de um projeto já existente na cidade de São José dos Campos, apresentou um panorama sobre como essas iniciativas se processam e seus impactos no meio social fornecendo subsídios para profissionais que trabalham na área, sensibilizar os gestores para a questão de saúde pública preventiva a fim de buscar soluções e melhorias para a sociedade.

1.3 PROBLEMA

O presente trabalho busca tratar da seguinte questão: o Programa “Cidade em Movimento” tem produzido resultados efetivos para a comunidade?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar o Programa “Cidade em Movimento” da Prefeitura Municipal de São José dos Campos e a sua contribuição para a saúde da população.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Verificar se o Programa “Cidade em Movimento” tem melhorado para a saúde e bem-estar dos frequentadores;

- Mapear o perfil socioeconômico dos freqüentadores do Programa “Cidade em Movimento”
- Demonstrar o grau de satisfação e insatisfação dos usuários com relação ao Programa, educadores, equipamentos;
- Pontuar dificuldades e aspectos que precisam ser melhorados no Programa sob a ótica dos educadores e usuários.

1.5 METODOLOGIA

A metodologia empregada para compor a pesquisa foi o estudo de caso do Programa “Cidade em Movimento” que ocorre diariamente em 113 espaços públicos da cidade de São Jose dos Campos. Para isto, a técnica escolhida para realizar esta investigação foi à pesquisa de campo descritiva e exploratória, com aplicação de questionários socioeconômicos a fim de mapear o perfil desse público, hábitos, modos de vida, benefícios e expectativas da população com relação aos programas de políticas públicas. Foi entrevistado os usuários diretamente enquanto exercitavam e alongavam-se, também foram entrevistados professores que realizam as atividades a fim de sondar quais suas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia. Após a coleta de dados, as informações foram tabuladas e analisadas qualitativamente e quantitativamente apresentadas por meio gráficos e texto.

Para embasar e respaldar o presente trabalho foi utilizada também a pesquisa bibliográfica, trazendo a visão de teóricos, sociólogos e gestores da área de políticas públicas, além de ser realizada pesquisa documental em sites oficiais e especializados como: Ministério da Saúde, Prefeitura de São José dos Campos, Organização Mundial da Saúde (OMS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dentre outros a fim de agregar o embasamento teórico e conceitual do tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade de embasar teoricamente o objeto de estudo, foi importante transcorrer sobre os pressupostos teóricos que permeiam o tema políticas públicas. Para isto, neste capítulo foi discorrido sobre a trajetória das políticas públicas no Brasil, a partir de outros programas criados nas áreas de saúde e bem-estar desenvolvidos ao longo dos tempos pelo governo. Para isto, foi mapeado esse cenário desde o início, demonstrando sua evolução ao longo dos tempos, a partir de sua implantação, execução e resultados na vida da população brasileira. Desta maneira, estudar esse panorama é importante para compreender o papel de uma política pública na atualidade e o seu impacto na vida da comunidade.

No segundo momento, o presente trabalho abordou a realidade da saúde da população brasileira para demonstrar a necessidade em se investir em programas de políticas públicas que visem à prática de atividades físicas com a finalidade de atender as demandas sociais urgentes e futuras da comunidade. Para isto, foram tratados os benefícios que essas atividades trazem tanto para a saúde física quanto mental do indivíduo e também para a sociedade.

Por último, foi analisado e avaliado os aspectos negativos e positivos do programa “Cidade em Movimento”, que visa a inclusão da população em atividades físicas, e seus efeitos na vida dos moradores de São José dos Campos, a partir da visão dos usuários e prestadores de serviço dessa iniciativa.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS AO BEM-ESTAR E SAÚDE

As primeiras políticas públicas surgiram no Brasil, em 1930, no governo de Getúlio Vargas. Elas direcionavam-se a questão do trabalhador, com uma menor atuação nas áreas da saúde, educação e habitação. Nesse período, segundo Castro (2008), os programas assistenciais destinavam-se apenas aos grupos de interesse e de profissionais específicos. Nesse mesmo momento, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública. Porém, foi somente na década seguinte que começaram a serem organizadas as primeiras Conferências Nacionais de Saúde, por meio da

Lei nº 378 de 1937, cabendo a esse Ministério cuidar da prevenção e assistência da população à saúde.

Antes, por volta de 1920, o Estado brasileiro possuía um caráter desenvolvimentista, centralizado, conservador e autoritário. Segundo Bacelar (2000, p.1) “o Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade”. Conforme a autora, esse perfil perdurou até a década de 1980, com políticas públicas direcionadas a promoção do crescimento econômico e aceleração da industrialização. Para ela, isso ocorreu, pois, o Brasil não tem tradição de regulador, de negociador com a sociedade por ter sofrido a influência da ditadura, exercendo um modelo autoritário de governo. Desta maneira, o País desenvolveu uma tendência imperiosa nas políticas públicas sendo muito mais uma política econômica.

Foi em 1946, que a ONU (Organização das Nações Unidas) considerou a saúde como sendo o primeiro princípio básico para “felicidade, as relações harmoniosas e a segurança de todos os povos”. A entidade incentivou para que fossem criados órgãos direcionados a promoção e garantia desse direito, sendo criado em 1948 a OMS (Organização Mundial da Saúde). Para a entidade mundial, saúde vai além da doença é um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade”.

Segundo Paim (1997) foi na década de 70 que se iniciou no Brasil o movimento pela democratização da saúde denominado Reforma Sanitária Brasileira. Nessa mesma década instituiu-se também a SUCAM (Superintendência de Campanhas da Saúde Pública) com a finalidade de erradicar e controlar endemias. Em 75 foi criado o SNS (Sistema Nacional de Saúde), que de forma metódica, estabelecia ações na área de saúde, dos setores públicos e privados voltadas a proteção, promoção e recuperação da saúde. Em 1983 instituiu-se a AIS (Ações Integradas de Saúde), um projeto que integrava ações curativas, preventivas e educativas. Porém, foi somente com a Constituição Brasileira de 1988, que novos direitos foram legitimados, ampliando assim a atuação do Estado frente às políticas públicas na área da saúde, sendo criado nesse período o SUS (Sistema Único de Saúde). Por meio dessa entidade várias ações de políticas públicas foram desenvolvidas no País como: criação do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), políticas nacionais de atenção integral à saúde da mulher, humanização

do SUS, saúde do Trabalhador, realização de transplantes por meio da rede pública, programas de vacinação de crianças e idosos dentre outros.

Ao se criar uma política pública é fundamental considerar a diversidade do Brasil como observa Bacelar (2000, p.8) “os desafios e oportunidades para o Brasil implicam em considerar a heterogeneidade do País, e nesse aspecto é equivocada a trajetória das políticas públicas, por conta da visão centralizadora.” Para ela, o País não é uniforme, e sim composto de grandes diferenças. Desta maneira, segundo a autora, ao introduzir uma política generalista, deve-se generalizar o que é comum a todos e interferir sobre o que é diferente.

Esse perfil conservador do governo, segundo Bacelar (2000), deixa de considerar a heterogeneidade do Brasil já que cada contexto necessita de uma solução específica a fim de atender a uma dada realidade, não cabendo um tratamento homogêneo. “A centralização faz com que as propostas venham de cima para baixo, e essa é uma tradição das políticas sociais no País. Junta-se a isso a conseqüente dificuldade de promover a participação da sociedade”. (Bacelar, 2000, p.3). Para a teórica é preciso haver espaços na sociedade para se discutir as decisões e implementar as políticas públicas necessárias, expandindo espaços para um País que financie a educação, segurança, saúde.

Para Bucci (1996), as políticas públicas vão além das decisões, mas, necessitam de ações estratégicas escolhidas para que essas decisões sejam implantadas. De acordo com o autor, as políticas públicas são ações governamentais “é um estado social marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação positiva dos poder público.” (Bucci, 1996, p. 135).

O acesso a saúde é um direito fundamental garantido na Constituição Federal de 1988, artigo 196, que afirma ser de todos e dever do Estado, garantidos, mediante políticas sociais e econômicas com o objetivo de reduzir os riscos de doenças e agravos. Esse ingresso, segundo a Constituição, deve ser geral e igualitária às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação.

Segundo Demeterco Neto, Santos e Nagem (2006) as políticas públicas devem fomentar os direitos fundamentais, pois são:

(...) o conjunto de planos e programas de ação governamental destinado à intervenção no domínio social, por meio dos quais são delineadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo, na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. (Demeterco Neto, Santos e Nagem 2006, p. 73).

Ruas (1998) complementa essa definição como sendo as políticas públicas um conjunto de decisões e ações do governo que influenciam na vida dos cidadãos. Segundo Silva (2011), nas sociedades democráticas é um processo dinâmico e que tem a participação de diferentes agentes do mais diversos níveis. De acordo com o autor é o Estado em ação, implantando um programa de governo, por intermédio de ações direcionadas a setores da sociedade. No campo da saúde, de acordo com Polignano (2006), essas políticas públicas devem fazer parte do campo de ação social do Estado com a finalidade de orientar sobre a melhoria das condições de saúde da população e dos ambientes sociais e profissionais. Sua função incide na organização das ações públicas do governo direcionadas a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva.

Para tanto, ao criar uma política pública é necessário pensar em ações estratégicas para atingir a sua finalidade. Para Rodrigues (2010, p.14) “políticas públicas são resultantes de atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados(...)”. Comparato (1999) afirma que as políticas públicas devem atender os desfavorecidos. Para ele, os direitos sociais são executados por meio das políticas públicas direcionadas a proteger os mais fracos e pobres, já que eles não possuem condições, nem recursos próprios para fazer algo por si.

De acordo com a República Federativa do Brasil as políticas públicas são formuladas pelo poder executivo ou legislativo, podendo ser de forma conjunta ou separada. Sua necessidade é decorrente das demandas sociais e propostas da população. A sociedade pode participar desse processo, formulando, acompanhando e avaliando por meio dos conselhos municipais, estaduais e federais. A Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009) prevê essa participação nas decisões que afetam diretamente a população. A Lei garante: “incentivo à participação popular e realização de audiências públicas

durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de diretrizes, orçamentárias e orçamentos”.

Para Oliveira (2006) é importante envolver a sociedade no momento do planejamento de uma política pública a fim de melhorar as decisões abrangidas, criando confiança e aprendizado. Segundo o autor, no momento do planejamento é importante estabelecer e considerar as limitações que implicam essas políticas públicas. Trevisan e Bellen (2008) alertam para os instrumentos que devem compor as políticas públicas, são eles: planos, que estabelecem as diretrizes, prioridades e objetivos que devem ser alcançados ao longo do tempo; programas, dizem respeito aos objetivos gerais e específicos ligados a um determinado tema, público, institucional ou geográfico; ações, para que sejam alcançados os objetivos estabelecidos no programa e; atividades, que darão concretude à ação.

No campo das políticas sociais, Cancian (2008) diz que as políticas públicas são implantadas com a finalidade de garantir condições mínimas de educação, saúde, segurança da população para que assim, as desigualdades possam ser mitigadas por meio da atuação do Estado. De acordo com o art. 3º, introduzido em 2013, na Lei Orgânica da Saúde, de 19 de setembro de 1990, diz que:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Lei nº 12.864 de 19 de setembro de 1990)

Conforme idealizado pela Constituição Federal de 1988, as políticas públicas devem ser universais, sem distinção, que proporcione o acesso de todos aos serviços básicos. Porém, o quesito inclusão social ainda é um desafio para muitos países, como afirma Souza (2006):

(...) na maioria desses países, em especial os da América Latina ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (Souza 2006, p.21).

Segundo Bacelar (2000) o trabalho de políticas públicas deve ser uma ação integrada com as esferas federal, estadual e municipal, pois, o município sozinho não teria condições de atender as demandas sociais. Cardoso e Júnior (2006) destacam a atuação e o papel que as prefeituras municipais e governos estaduais têm desempenhado no Brasil, a partir de experiências inovadoras direcionadas à universalização dos direitos sociais.

Saraiva (2007) explica as diferentes fases que devem ser observadas para o processo de construção das políticas públicas como: observação e avaliação do panorama, estudo de necessidade, elaboração de plano, implementação, acompanhamento de efetividade, avaliação de resultados. Já Laswell (1958 apud Souza 2006) salienta que para se desenvolver programas de política pública devem ser analisados os seguintes aspectos: quem ganha o que, por que e que diferença faz. Souza (2006) aponta para alguns aspectos essenciais que devem permear as políticas públicas como: permitir a distinção da intenção do governo, o que se pretende fazer e o que, de fato, faz; incluir os vários atores e níveis de decisão; alcançar e não limitar a leis e regras; possuir uma meta desejada com objetivos a serem atingidos; atuar com objetivos a longo prazo e por último, abarcar ações subsequentes como implantação, execução e avaliação.

Silva (2011) salienta sobre a importância em se planejar as ações e serviços de acordo com a necessidade da comunidade conforme a realidade de vida em que serão desenvolvidas as iniciativas. Para ele, “não se pode apenas planejar políticas públicas sem antes avaliar a necessidade local, exige-se um planejamento estratégico de ações públicas que envolva o desenvolvimento sustentável em sentido amplo, que atenda às demandas sociais da população, inclusive a dos excluídos, e melhore as condições de vida”.

Somente em 2000, a fim de atender as demandas sociais voltadas à saúde e qualidade de vida dos brasileiros que o modelo de políticas públicas na área da saúde voltou-se para a prevenção, visando à promoção da saúde. Após esse período outros programas foram implantados. Em 2006, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Promoção da Saúde com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população minimizando os riscos a saúde. Nesse documento existem alguns objetivos como: incorporar e implementar ações que promovam a saúde; valorizar e otimizar espaços públicos de convivência e contribuir na

elaboração e implantação de políticas públicas integradas que visem melhorias na qualidade de vida no planejamento de espaços urbanos e rurais. Esses são alguns dos 12 objetivos do programa.

Outro projeto do Ministério da Saúde, que merece destaque, é o Programa “Academia da Saúde”. Sua finalidade primordial é contribuir para a promoção da saúde dos brasileiros por meio de pólos com infra-estrutura, equipamentos e profissionais qualificados para instruir as atividades físicas, lazer e hábitos de vida mais saudáveis. Desta maneira, investir em políticas públicas ligadas a saúde e bem-estar minimizaria a taxa de mortalidade e a dependência com remédios e gastos hospitalares.

Em 2011, a ONU (Organizações das Nações Unidas), a partir de uma assembléia, resolveu adotar uma resolução para que os governos comecem a dar mais importância à felicidade e ao bem-estar quando fossem elaborar suas políticas públicas a fim de alcançar e medir o desenvolvimento econômico e social do país. Cunha (2002) define essa atuação do Estado como sendo resposta do governo às questões que surgem da sociedade, sendo, a criação de políticas públicas a demonstração do compromisso público de atuação.

2.1.1 Avaliação das políticas públicas

A importância em mensurar a eficiência do setor público foi uma necessidade que surgiu nos anos 90 na América Latina, de acordo com Trevisan e Bellen (2008). A avaliação segundo os autores é um instrumento importante, funciona como um *feedback* a fim de que os programas de políticas públicas possam ser melhorados, sendo um mecanismo que ajuda a aumentar a eficiência e eficácia do setor público.

Silva e Rauli (2009) apontam aspectos que devem ser considerados para que as políticas públicas sejam efetivas.

A escassez de recursos públicos, o aumento populacional e, por consequência, das demandas urbanas por serviços públicos e a crescente democratização do acesso às informações são questões que retratam a importância de definição, planejamento e execução de

políticas públicas efetivas para melhoria da condição social, econômica e ambiental das cidades. (Silva e Rauli 2009, p. 79)

Ainda, de acordo com Silva (2012), outros fatores dentro da gestão pública também podem comprometer a efetividade das políticas públicas como: corrupção, baixa capacidade técnica dos funcionários públicos e falta de fiscalização da sociedade. Já Oliveira (2006) aponta que nos países em desenvolvimento, a questão financeira é a causa mais direta para justificar as falhas em planejamento das políticas públicas, fator que compromete a eficiência.

Segundo Trevisan e Bellen (2008) os relatórios de avaliação servem para promover o debate público a fim de propor alternativas de intervenção do governo. Cotta (2001) afirma que a avaliação deve ocorrer antes, durante e depois da implantação das políticas públicas. A avaliação de políticas públicas segundo Arretche (1998) costuma se distinguir em termos de eficácia, eficiência e efetividade. Além de analisar esses três aspectos Costa e Castanhar (2003) aponta outros itens importantes para serem avaliados como: a sustentabilidade, custo-efetividade, satisfação dos usuários e equidade.

Padrões de referência a fim de orientar na avaliação das políticas públicas são apontados por Garcia (2001) esses são: absolutos, que são as metas a serem alcançadas; históricos, que são as comparações de resultados ao longo do tempo; normativos, que se concentram em comparar o desempenho com programas similares; teóricos, já estabelecidos pelo programa para atingir os resultados planejados; negociados ou de compromisso, são procedimentos específicos usados para fixar o programa decorrente de consenso entre os envolvidos. Ele ainda apresenta três modalidades para avaliar as políticas públicas que são por meio: das metas, a fim de saber o grau de êxito do programa; dos processos, que abordam os defeitos na elaboração dos procedimentos, acompanham e avaliam a execução, identificam barreiras e obstáculos e; dos impactos, que sondam os efeitos na sociedade e as mudanças que ocorreram.

Para Silva (2012), a eficiência das políticas públicas pode ser melhorada por meio da cobrança por parte da sociedade que deve exigir resultados do governo, prestador de serviço a população, pois a sociedade tem participação na decisão de como deve ocorrer esse serviço. Lourenço (2005, p. 41) diz: “(...) certos grupos

sociais, para verem executadas as ações públicas de seu interesse, exercem influência sobre os tomadores de decisões governamentais”. No entanto, Silva (2012) alerta para a necessidade de preparação da sociedade, munido de conhecimento com relação aos papéis desempenhados tanto pelo governo quanto pela população.

2.1.2 Indicadores de avaliação de políticas públicas

Ao avaliar a efetividade de uma política pública é importante optar por critérios que irão subsidiar essa análise a fim de mensurar objetivamente e subjetivamente um resultado.

De acordo com Cunha (2006) a avaliação fornece elementos que ajudarão no planejamento e formulação das intervenções governamentais, assim como para acompanhar a sua implementação, reformulações e ajustes como também sobre as decisões de manter ou interromper ações. Este instrumento contribui para melhorar a eficiência da despesa pública, qualidade da administração, controlar a efetividade da ação governamental e ainda divulgar os resultados obtidos pelo programa. Porém, ainda segundo a autora, é preciso considerar, no momento da avaliação, não somente aspectos objetivos, mas também, qualitativos realizados por avaliadores internos e externos, usuários ou beneficiários que avaliarão os valores dessas intervenções realizadas pelo governo a fim de verificar se as metas estabelecidas pelo programa estão sendo cumpridas e atingidas.

Ala-Harja e Helgason (2000) salientam que essa análise realizada nos programas públicos contribui para melhorar o processo de tomada de decisão, pois, permite que o governo após tomar conhecimento dos dados obtidos da avaliação possa melhorar a criação ou desenvolvimento de um programa, servir de fundamento para decisões ou para aprimorar na prestação de contas de programas públicos. Para os autores, a finalidade dessa avaliação é aprimorar o processo de tomada de decisão, reserva adequada de recurso e a responsabilidade para o governo e população. Segundo o GAO (*Government Accountability Office*) a avaliação de programas públicos serve para verificar o funcionamento de um

programa, examinando seu desempenho quanto à obtenção de suas metas e a realidade em que isto acontece.

Para tanto, ao avaliar uma política pública é preciso apontar indicadores que irão permear essa análise. De acordo com Jannuzzi (2003, p.15) indicador é “(...) recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.” O autor apresenta alguns indicadores que devem ser observados e analisados em uma política pública.

Januzzi (2003) destaca alguns indicadores importantes para a análise e formulação de políticas: o primeiro é quanto à natureza do fato apontado. Nesse aspecto existe o indicador de insumo que diz respeito à medida de recursos como: humano, equipamentos, financeiros destinados ao programa. Existe também o indicador de produto que é usado para medir os resultados efetivos das políticas e o indicador de processo que avalia o esforço operacional para se atingir os resultados. Já o segundo refere-se à avaliação de programa. Nesse ponto existe o indicador de eficiência dos meios e recursos usados; o indicador de eficácia no atingimento dos objetivos propostos pelo programa e; o indicador de efetividade social do programa, que mede seus efeitos.

A avaliação de um programa público requer indicadores que possam dimensionar o grau de cumprimento dos objetivos dos mesmos (eficácia), o nível de utilização de recursos frente aos custos em disponibilizá-los (eficiência) e a efetividade social ou impacto do programa. (Antico e Januzzi 2005, p.19)

De acordo com Cohen e Franco (2004), as avaliações podem ser classificadas por diversos critérios, e, o que se enquadra nesta pesquisa é a avaliação externa. Esse tipo de avaliação é feita por pessoas que não fazem parte da instituição responsável pelo programa. Segundo o autor, a vantagem dessa análise é a neutralidade e a objetividade de quem está avaliando já que, não estão envolvidos com o processo. Quanto à natureza da avaliação ela pode ser somativa. Essa análise ocorre quando o programa já está implantado a fim de verificar sua efetividade e realizar a avaliação do seu valor geral.

Segundo Cotta (1998) ainda existem dois tipos de enfoque com relação às perguntas e problemas que as avaliações visam responder. O primeiro é quando se analisa os processos. Esse tipo de avaliação tem o objetivo detectar dificuldades a fim de corrigi-las ou adequá-las, servindo de instrumento para melhorar a eficiência. O segundo diz respeito à avaliação de impactos ou resultados que busca averiguar se o programa atinge seus objetivos e seus efeitos. O autor diferencia a avaliação de impacto da de resultado da seguinte maneira: se for para avaliar os efeitos de uma intervenção sobre um público atendido, a avaliação é de resultado. Porém, se for para captar reflexos dessa interferência numa situação mais ampla, a avaliação é de impacto.

Sobre a mensuração dos impactos do programa, os autores Antico e Januzzi (2005) apontam para o avaliador que deve buscar indicadores mais específicos e sensíveis. Para eles, uma maneira de se analisar esse aspecto é escolher grupos específicos da sociedade seja pelo quesito idade, raça, sexo ou localização de espaço. Se o programa é direcionado a públicos diferentes localizados em regiões específicas deve-se procurar os indicadores de impacto que favorecem a avaliação desse público-alvo. Segundo os autores é preciso buscar também desenvolver métodos avaliativos de caráter qualitativo, com pesquisas de opinião a fim de incorporar indicadores subjetivos de opinião. Nesta situação:

(...) os impactos podem ser avaliados em uma perspectiva mais restrita ou mais ampla, considerando o tamanho da população afetada, o espaço de tempo considerado para a referência dos indicadores e a natureza mais objetiva ou subjetiva dos impactos percebidos pela população. (Antico e Januzzi, 2005, p.21)

Desta maneira as avaliações acabam por serem úteis tanto aos gestores públicos, por meio da demonstração desse *feedback*, sobre a qualidade dos programas públicos desenvolvidos na comunidade, bem como para a sociedade com a possibilidade de mostrar os resultados obtidos por meio dessa iniciativa.

2.2 AS ATIVIDADES FÍSICAS COMO INSTRUMENTO DE SAÚDE

Conforme a OMS (Organização Mundial da Saúde), morrem todos os anos no Brasil, 300 mil pessoas decorrente de infartes e derrames. Segundo dados do Ministério da Saúde, 54% do risco de mortes por infarto, 50% por derrame cerebral e 37% por câncer são reflexos da inatividade física. Somente 13% da população realizam atividades físicas regulares. Ainda segundo o estudo, cerebrovasculares, infarto agudo do miocárdio, doenças hipertensivas e diabetes estão no *ranking* de doenças que mais acometem a saúde dos brasileiros. De acordo com essa pesquisa, esse panorama é decorrente da participação insuficiente da população em atividades físicas durante o lazer e o aumento do sedentarismo em afazeres rotineiros.

De acordo com Gualano e Tinucci (2011), o sedentarismo é uma grave realidade presente nas sociedades modernas.

O ambiente moderno, contudo, mudou drasticamente. Com o advento das revoluções industriais e tecnológicas, o alimento tornou-se abundante e a todo o momento disponível. A atividade física, crucial nos tempos remotos, tornou-se dispensável. O homem, outrora fisicamente ativo e nômade, tornou-se sedentário. (Gualano e Tinucci, 2011, p. 38).

Lazzoli, presidente da Sociedade Brasileira de Medicina e Exercício e do Esporte, afirma que “o sedentário tem cinco vezes mais chance de ter hipertensão arterial. Ele observa que “pessoas fisicamente ativas têm menos risco de doenças do coração como insuficiência cardíaca, além de diabetes e doenças respiratórias”.

Segundo estudos na área, a inatividade física é um grande problema de saúde pública, com estimativas de que 70% dos indivíduos adultos não atingiram as condições mínimas sugeridos para a prática de exercícios físicos. No Brasil, segundo Matsudo e outros (2002) cerca de 45% dos adultos brasileiros não alcançam essas recomendações que implicam na prática de atividades físicas pelo menos 30 minutos por dia, na maioria dos dias da semana, ou pelo menos 20 minutos por dia, em pelo menos três dias por semana.

Para Jacob Filho (2006) as atividades físicas são eficazes, pois, possui tanto ação preventiva, com a redução da maior parte das doenças, quanto ação terapêutica, por meio de tratamentos. O autor afirma que o sedentarismo deve ser combatido desde o início e não somente na segunda metade da vida do indivíduo quando os problemas de saúde são mais evidentes. “Trata-se, portanto, de uma medida de saúde que deve ser estimulada em qualquer idade.” (Jacob Filho, 2006, p.75).

De acordo com a Universidade de Bristol, Reino Unido, a prática dessas atividades traz diversos benefícios tanto para a saúde quanto na qualidade de vida além de contribuir também para melhorar a aptidão física. Essas vantagens podem reduzir: risco de morte prematura; morrer por doenças cardíacas ou derrame cerebral; desenvolver diabetes e hipertensão arterial; controlar a depressão e ansiedade. Também auxiliam para diminuir a pressão arterial de hipertensos; controlar o peso; e ainda promover bem estar psicológico.

Outros benefícios também são alcançados com as atividades físicas. Um deles é a redução de gordura corpórea, principalmente no Brasil, em que a obesidade é uma realidade que acomete todas as idades. Já, no caso dos diabéticos, segundo Jacob Júnior (2006), durante a realização dos exercícios o corpo potencializa a sua sensibilidade dos músculos a insulina. O cultivo de um hábito saudável ajuda também nos distúrbios posturais e doenças pulmonares crônicas, pois auxiliam na recuperação da sua capacidade promovendo aumento de força e elasticidade muscular. Desta maneira, para um indivíduo ter uma vida saudável é necessário realizar com frequência exercícios físicos que podem ser as atividades aeróbicas como: caminhar, correr, pedalar, nadar; treinamentos de resistência ou anaeróbicos como: a musculação; e os exercícios de alongamento.

A prática de atividade física regular melhora o bem-estar, saúde física e psicológica, ajuda a controlar situações específicas como stress, obesidade, minimizar conseqüências de certas incapacidades e pode ajudar a administrar situações dolorosas e ainda melhorar a perspectivas da velhice, afirma Gobbi (1997). Para ele, essa prática produz resultados imediatos no psicológico dos praticantes estes são: relaxamento; redução do stress e ansiedade; melhora o estado do humor. Esses efeitos se prolongam a longo prazo como na: saúde mental

melhorada; melhoras cognitivas; controle motor e performance e; aquisição de habilidades.

Segundo pesquisa publicada no Jornal inglês *British Journal of Sports Medicine* afirmou que pacientes que sofriam com distúrbios depressivos obtiveram melhoras rápidas após a prática de atividades físicas. De acordo com os pesquisadores, esse avanço não seria alcançado por meio apenas de remédios. A Universidade da Califórnia também realizou um estudo relacionado às contribuições psicológicas provocadas pelas atividades físicas com homens e mulheres sedentários mais prováveis a depressão e constatou-se melhoras no seu psicológico. Esse efeito ocorre, pois, os exercícios físicos auxiliam na regulação das substâncias presentes no sistema nervoso e melhoram o fluxo sanguíneo para o cérebro. Outros benefícios também estão relacionados como: aumento da auto-estima e melhora no humor.

A atividade física mostra-se eficaz também em pessoas que sofrem dos transtornos do humor, pois quando se tem um treinamento contínuo mais sem exageros, o exercício aeróbico melhora a aptidão e diminui os sistemas depressivos, reduz o percentual de gordura e os níveis plasmáticos de serotonina, melhorando assim o estado de humor do indivíduo. A prática de exercício físico regular está associada à ausência ou a poucos sintomas depressivos ou de ansiedade. (Marietto, 2011, p.1)

O estudo científico, da Universidade de Bristol, localizada no Reino Unido, também ratificou os benefícios psicológicos que pessoas ativas obtêm por meio da prática de atividade física como: sabem lidar melhor com o stress, funcionam melhor mentalmente, reduzem a ansiedade e ainda ajustam o sono. De acordo com Marietto (2011) o sono de praticantes de atividades físicas é melhor do que indivíduos inativos, pois, essa pratica libera hormônios que influenciam no repouso dando mais disposição para a rotina diária. No caso dos idosos, as atividades físicas ajudam também na diminuição de Alzheimer.

De acordo com a ISSP (*International Society of Sport Psychology*), as práticas de atividades físicas melhoram a autoconfiança, consciência, aliviam as tensões, depressão e ansiedade, melhoram a autopercepção, diminuem a tensão pré-mestrua, aumentam o bem-estar mental, vigor e capacidade em lidar com afazeres rotineiros, ajudam a pensar tranquilamente, aumentam a apreciação da prática de exercícios e ainda contribuem nos relacionamentos sociais.

Segundo Gobbi (1997) os benefícios atingem também a sociedade de maneira a ajudar os idosos a exercerem uma função mais ativa na sociedade; melhorar na interação cultural e social; ampliar as redes sociais; formar novas amizades; adquirir novos papéis na sociedade; interação entre as gerações. Outras vantagens também podem ser citadas como: a redução de custos na área da saúde e aumento de produtividade do público idoso na sociedade com a independência funcional.

2.3 PROGRAMA “CIDADE EM MOVIMENTO” DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Esse panorama de criações de políticas públicas ligadas a saúde e bem-estar da população tem transformado paulatinamente a realidade da saúde no Brasil. Alguns centros urbanos, como é o caso da cidade de São José dos Campos, em São Paulo, tem buscado, a partir de iniciativas que visam à qualidade de vida da comunidade, implantar políticas públicas eficientes que gerem bons retornos e satisfação a população.

Ao visar à prevenção e a inclusão, com ações de bem-estar e saúde, a Prefeitura de São José dos Campos apostou em um projeto de política pública que são as academias ao ar livre. O programa “Cidade em Movimento” foi criado em setembro de 2010 pela Secretaria de Esportes e Lazer. No início eram apenas 20 academias ao ar livre.

Segundo a Prefeitura da Cidade, a iniciativa buscou equipar os espaços públicos, no caso, as praças da cidade, com equipamentos de ginástica a fim de estimular a população a cultivar hábitos saudáveis de vida. Com a boa aceitação e receptividade do projeto pela população, foram também inseridos, nesses espaços públicos, profissionais, no caso, educadores físicos para auxiliar os usuários sobre o uso consciente e correto desses aparelhos e estimular a prática de atividade física. Porém, a contribuição desses instrutores vai além de ensinar sobre o uso dos equipamentos de ginástica, são também desenvolvidas nesses espaços, atividades

ao ar livre, como exercícios de alongamento, aquecimento e relaxamento todos os dias da semana, em horários específicos.

Segundo informações da Prefeitura, o programa é direcionado ao público de todas as idades a partir dos 12 anos, estendendo-se também às pessoas com necessidades especiais, sendo os usuários do Programa um público bem diversificado, com a presença de adolescentes, adultos, idosos e deficientes.

O Programa, de acordo a Prefeitura de São José dos Campos, visa à inclusão dos diversos públicos em atividades físicas. De acordo com o idealizador, o deputado estadual Hélio Nishimoto “os exercícios não são de impacto, geram efeitos positivos em mais de 650 músculos do corpo, reduzem os riscos de problemas cardiovasculares ou diabetes, melhoram a postura, proporcionam um ambiente de novas e boas amizades, entre outros vários benefícios”.

De acordo com a Prefeitura de São José dos Campos a finalidade do projeto é incentivar a população a prática de hábitos saudáveis de vida, estimulando as pessoas a abandonar a rotina sedentária, sem desembolsar dinheiro, e ainda promover a interatividade entre diversos públicos como adolescente, portadores de necessidades especiais, terceira idade, moradores e trabalhadores do local. Ao todo, existem na cidade 113 academias localizadas nas zonas: leste, norte, sul, central, sudeste e oeste. O programa ainda está em expansão.

Além da Prefeitura oferecer essa estrutura ao ar livre, espalhadas pelas praças da cidade, foram disponibilizados, a partir de 2011, 240 educadores físicos diplomados que prestam serviço terceirizado para a população de segunda-feira a sábado. Diariamente ocorrem duas sessões de alongamento, aquecimento e relaxamento. A primeira ocorre no período da manhã, às 08hrs e, no período noturno, às 19hrs, com duração de 30 minutos cada. A permanência desses educadores físicos na Praça é das 07 horas às 10 horas da manhã e das 17 horas às 20 horas. Aos sábados, o Programa somente funciona no período diurno. A presença desses profissionais tem a finalidade estimular a prática de hábitos saudáveis, orientar corretamente o uso dos equipamentos e assim, evitar possíveis lesões e acidentes. Abaixo, segue o quadro de atendidos em 2013.

Quadro de atendimentos do Programa “Cidade em Movimento”

Período	Atendimentos
Dezembro/2010	18.036
Janeiro/2011	29.374
Março/2011	39.721
Março/ 2013	91.451
Abril/ 2013	107.047

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos

Em alguns locais, o número de usuários do Programa ultrapassa o indicador de 3 mil/mês, como as academias localizadas na Área Verde do Bosque, Área Verde do Bosque 2, Praça Aloísio Petiti e no Alto da Ponte, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Até o final de 2011, foram registrados 640.457 atendidos pelo Programa “Cidade em Movimento”.

As academias ao ar livre espalhadas por São José dos Campos possuem dez equipamentos de ginástica: surf, remo, alongador, rotação vertical e dupla diagonal, pressão de pernas, multi exercitador, esqui e simulador de caminhada e cavalgada. Cada aparelho possui uma contribuição para o corpo. O simulador de caminhada é um aparelho que ajuda na mobilidade dos membros inferiores e desenvolve a coordenação motora; já o simulador de cavalgada é para fortalecer a musculatura das pernas e dos braços e ampliar a capacidade cardiorrespiratória; o esqui aumenta a flexibilidade das pernas, dos braços e dos quadris e melhora a função cardiorrespiratória; o rotação dupla diagonal auxilia na mobilidade das articulações dos ombros e dos cotovelos; o pressão de pernas é um equipamento recomendado para quem necessita trabalhar a musculatura das coxas e dos quadris; o multi exercitador é utilizado para alongar e melhorar a flexibilidade dos membros superiores e inferiores; o surf estimula tanto a flexibilidade como na agilidade dos membros inferiores, dos quadris e de toda a região lombar; o alongador tem uma grande contribuição no sistema nervoso central e ainda trabalha a musculatura da cintura e do tronco; o rotação vertical é um equipamento que

auxilia no fortalecimento dos músculos dos braços e ainda ajuda na flexibilidade das articulações dos ombros e por fim, o simulador de remo é um aparelho aconselhado para quem precisa fortalecer a musculatura das costas e dos ombros.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade determinar a metodologia que foi empregada no estudo de caso do Programa “Cidade em Movimento” e ainda apontar quais instrumentos de pesquisa foram utilizados pra produzir e analisar resultados.

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (Goldenberg, 1999, p. 33-34)

Schramm aponta a intenção desse tipo de investigação como sendo “(...) a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”. (Schramm, 1971, apud Yin, 2001, p. 31).

A população no qual o estudo de caso “Cidade em Movimento” dirige-se é composta por frequentadores dos Parques onde ocorrem o Programa, localizados em São José dos Campos. Esse público-alvo é composto por usuários e professores do Projeto.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O método de pesquisa empregado no estudo de caso do Programa “Cidade em Movimento” é qualitativo e quantitativo. Para Minayo (1994) as relações entre essas duas abordagens distintas mostram que podem ser utilizadas conjuntamente numa mesma pesquisa a fim de fornecer complementaridade.

Richardson (1989) esclarece que o método quantitativo trabalha com a contagem de informações por meio de técnicas estatísticas a fim de analisar os dados coletados. Para Marconi (1982) esse método de avaliação e tratamento das

informações proporciona maior objetividade e compreensão agilizando as relações entre as variáveis que podem ser apresentados por tabelas e gráficos.

Já o método qualitativo, segundo Godoy (1995), não busca enumerar ou mensurar os fatos estudados, não utiliza de processos estatísticos para avaliar as informações. Essa técnica de pesquisa abrange a aquisição de informações descritivas acerca de locais, pessoas, e processos por meio da interação direta do pesquisador com o contexto de estudo, a fim de compreender os fenômenos de acordo com a visão dos envolvidos na situação.

O tipo de pesquisa usado neste estudo é tanto descritivo como também exploratório. A utilização do método descritivo tem por objetivo coletar opiniões, percepções, expectativas e sugestões dos entrevistados, acerca de suas visões sobre o Programa “Cidade em Movimento”. Para Santos e Parra Filho (1998), o estudo descritivo permite o desenvolvimento de um nível de avaliação em que possibilita apontar as distintas maneiras em que ocorrem os fenômenos. Gil (1986) explica que esse tipo de pesquisa tem por finalidade descrever características de um fenômeno ou população e também pode constituir relações entre variáveis. Segundo Lakatos e Marconi (1986) são quatro os aspectos abordados pela pesquisa descritiva esses são: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais. Os dados nesse tipo de pesquisa são coletados por meio de questionários e observação sistemática.

Como ainda não ocorreram estudos sobre os resultados, efeitos e impactos desse tipo de política pública na sociedade, foi também empregada a pesquisa exploratória a fim de abordar como ocorre essa relação entre usuários de um serviço público, executores deste serviço e as iniciativas do governo. Para Vergara (2004) esse tipo de investigação é usado em setores em que existe escassez de dados acumulados acerca do objeto, principalmente na etapa inicial do estudo. Desta forma, esse tipo de pesquisa pode contribuir na construção de programas semelhantes de políticas públicas e ainda colaborar para melhorar o Programa já existente.

3.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os procedimentos utilizados para o levantamento de dados usados para compor a pesquisa foram os seguintes: pesquisa bibliográfica acerca do assunto tratado neste estudo. De acordo com Cervo e Bervian (1983, p.55) esse tipo de coleta de dados “(...) explica um problema a partir de referências teóricas publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como a partir da pesquisa descritiva ou experimental”. Também foi usada a pesquisa documental por meio dos arquivos da Prefeitura Municipal de São José dos Campos e a pesquisa de campo com a utilização de questionários dirigidos aos usuários e professores do Programa.

Para coletar informações específicas sobre os usuários e professores do Programa “Cidade em Movimento” foram aplicados questionários de múltipla escolha, coletados por meio de entrevistas diretas aos usuários enquanto praticavam atividades ou alongamentos e também aos professores. Segundo Martins (2008, p. 27) o uso dessa técnica tem o objetivo básico “(...) entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador”.

O emprego de questionários para a obtenção de dados, segundo Mattar (1994) trabalha com diversas alternativas e possui a vantagem de ser fácil a sua aplicação, processo e avaliação; ser simples e rápida no ato de responder as perguntas e oferecem reduzida probabilidade de falhas. De acordo com Parasuraman (1991), um questionário é formulado com múltiplas questões com a finalidade de originar informações imprescindíveis que irão produzir resultados. Para o autor, esse método de coleta é essencial para as pesquisas ligadas as ciências sociais.

Por razões operacionais como tempo, custo e limitações técnicas é importante trabalhar com uma amostra que irá representar uma parte da população que compõe o universo pesquisado. Essa amostragem deve ser significativa com características relevantes a fim de representar uma parcela da comunidade a ser analisada. O método de amostragem usada no estudo é o não-probabilístico, pois,

de acordo com Costa Neto (1977) é simples, mais rápido e menos oneroso. É o pesquisador quem estipula o seu critério por meio do seu julgamento a fim de produzir uma amostra representativa. O fato de escolher esse método justifica-se pela incapacidade do pesquisador acessar uma população infinita.

A tipologia de amostragem não-probabilística empregada foi à amostragem por acessibilidade. Como o Programa “Cidade em Movimento” ocorre em 113 locais da cidade de São José dos Campos foram escolhidos, para serem coletados os dados para o estudo, os lugares mais acessíveis onde ocorrem o Programa. Foram visitados cinco locais, entre praças e parques, localizados nas regiões: norte, sul, leste, oeste e centro. Costa Neto (1977, p.43) defende o uso desse método, pois, “nem sempre é possível se ter acesso a toda a população objeto de estudo, sendo assim é preciso dar segmento a pesquisa utilizando-se a parte da população que é acessível na ocasião da pesquisa”.

A amostra necessária que integrou este estudo foi de 60 usuários do Programa “Cidade em Movimento” e cinco professores que foram entrevistados por meio dos questionários. Esse recorte foi determinado de acordo com os dados mais recentes, divulgados pela Prefeitura, dos frequentadores do Programa, que foram de 107 mil atendimentos, em 2013. Após essa etapa, os dados foram analisados e interpretados de forma quantitativa e qualitativa a fim de responder ao problema e objetivos da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram distribuídos 60 questionários, divididos em cinco regiões da cidade em que ocorrem o Programa. A aplicação desse material ocorreu entre os meses de outubro a novembro de 2014, com a finalidade de entrevistar usuários e professores do Programa, em horários alternados para que assim, fosse mapeado o perfil de frequentadores de cada período do dia como: manhã, tarde e noite.

Com relação aos professores que trabalham no Programa, esses profissionais são bacharéis em educação física e terceirizados pela Prefeitura de São José dos Campos. Mesmo sendo a mão de obra terceirizada, não existe rotatividade, sendo eles, em sua maioria educadores do “Cidade em Movimento” há mais de dois anos. Eles não trabalham especificamente em um único local, são escalados semanalmente para ministrarem as aulas em espaços públicos diferentes, em esquema de rodízio o que dificulta a aproximação entre aluno e professor.

Esses instrutores são treinados e capacitados bimestralmente a fim de atender as demandas da Prefeitura e da população. Eles têm total autonomia para criar seus exercícios, já que são instruídos a desenvolver seus treinos de acordo com a necessidade e público freqüentador das aulas, pois, existe uma diversidade de público usuário do Programa. As opiniões dos usuários também são acatadas com a finalidade de melhorar o rendimento dessas atividades físicas e também para que se tornem prazerosas.

De acordo com o dia-a-dia, esses profissionais também percebem algumas dificuldades dos usuários como: falta de estímulo para participar das atividades e dificuldade na execução dos exercícios. Esses professores no geral estão satisfeitos com relação ao desempenho obtido pelos usuários do Programa. Em média estão presentes nas aulas de 10 a 20 pessoas.

Alguns desses educadores observaram alguns aspectos que precisariam ser melhorados, por exemplo, com relação à divulgação dos horários, ter maior variedade de equipamentos que trabalhe glúteo, abdominais, oferecer mais aparelhos de ginásticas, disponibilizar um maior número de professores e investir no

espaço *kids*, já que muitas mães querem freqüentar as aulas mas, não tem com quem deixar seus filhos.

Sobre os questionários dirigidos aos usuários, foram analisados desse público o perfil socioeconômico, hábitos de vida e a opinião da comunidade com relação ao Programa “Cidade em Movimento” a fim de demonstrar a eficiência e a efetividade dessas políticas públicas na cidade de São José dos Campos. Essa pesquisa foi segmentada por locais, por isso, segue abaixo uma análise pormenorizada de cada uma dessas cinco zonas pesquisadas: sul, norte, oeste, leste e centro.

4.1 ZONA NORTE – PARQUE DA CIDADE

Parque Municipal Roberto Burle Marx, conhecido como Parque da Cidade é localizado na zona norte, ocupa uma área de 960.160,17m², com museus, pistas de caminhada e espaços para eventos.

Constatou-se que o número de mulheres e homens que participam do Programa “Cidade em Movimento” do Parque da Cidade é igual, sendo que a faixa etária predominante do público masculino é de 50 anos e do sexo feminino é dos 20 anos. A idade das mulheres freqüentadoras das atividades é dos 20 aos 50 anos e dos homens, dos 30 aos 60 anos. A renda de 58% dos pesquisados é de 3 a 6 salários mínimos, seguido de 25% com ganho de 6 a 9 salários e 17% com renda de 1 a 3 salários. Com relação ao nível de escolaridade 50% afirmaram terem cursado o ensino médio, 16% ensino fundamental e 17% ensino superior e 17% especialização. A maioria desse público é composta por 34% de aposentados, 25% profissionais do ramo industrial, 17% de donas de casa, 8% na área de transporte, 8% serviço público e 8% atividade doméstica.

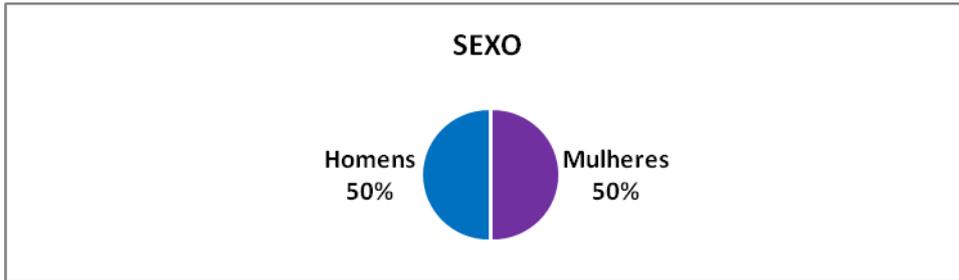


Gráfico 1- Sexo dos usuários do Parque da Cidade

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

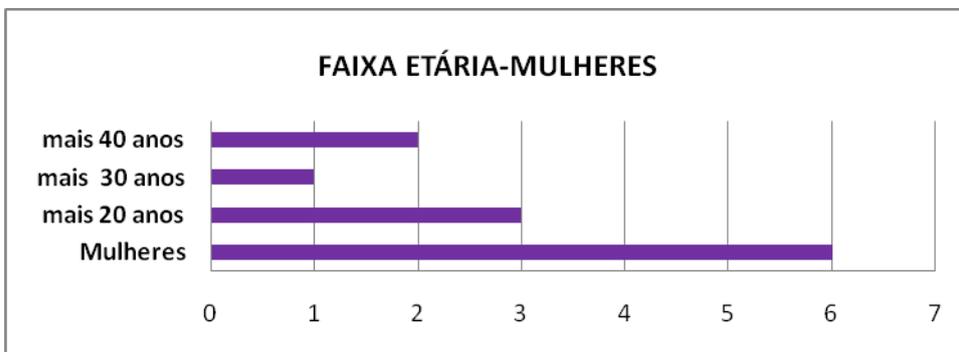


Gráfico 2 - Faixa etária das mulheres do Parque da Cidade

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

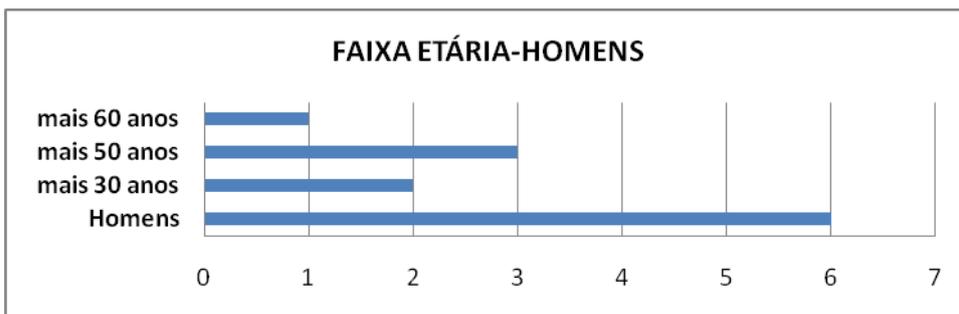


Gráfico 3- Faixa etária dos homens do Parque da Cidade

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

Com relação aos hábitos de vida, notou-se que 75% dos frequentadores do Programa nessa região não possuem problemas de saúde como: diabetes, depressão stress, problemas cardíacos, ósseos dentre outros. Uma minoria, 17% relatou que possuem problemas respiratórios como bronquite e asma e 8%

hipertensão. Metade do público entrevistado também afirmou que nunca praticou alguma atividade física antes, os outros 50% já praticaram alguma vez na vida atividade física, principalmente, os homens. Verificou-se que 17% desses usuários nunca foram numa academia, sendo que 83% já freqüentaram uma academia de ginástica por menos de seis meses há mais de um ano. Desses, 67% afirmaram que utilizam o Parque da Cidade por volta das 16hrs às 18hrs para realizarem seus exercícios.

Sobre o Programa “Cidade em Movimento”, verificou-se que 25% dos usuários tiveram conhecimento sobre a iniciativa por meio de cartazes, 33% pelos amigos e 42% foram convidados pelos professores a participar das atividades. A maior parte desse público, 33%, tem uma participação recente no programa, cerca de 1 a 3 meses, sendo que 75% tem presença diária. Com relação ao uso dos equipamentos de ginástica dispostos no Parque, nenhum usuário demonstrou ter dificuldade em usá-los, estando 50% satisfeitos e 50% muito satisfeitos com esses aparelhos.

De acordo com os entrevistados, as aulas de alongamento são freqüentadas 60% por motivos de saúde, principalmente, e 40% pelo lazer também, não apresentando esse público nenhuma dificuldade na execução dos exercícios. Porém, a maioria, 83% desses usuários não costumam freqüentar as atividades propostas pelo Programa “Cidade em Movimento” nos fins de semana, 8% sempre participam e 8% vão de vez em quando. A população da zona norte tem percebido melhora principalmente no sono, 35%, em seguida no emagrecimento, 25%, desempenho físico, 20%, humor, 15% e outras melhoras, 5%, logo após ter integrado o Programa “Cidade em Movimento”.

Para 92% dessas pessoas essa iniciativa da Prefeitura é ótima, 8% consideram-na boa. Sobre o conceito dos educadores físicos presentes no local, os entrevistados afirmaram que estão 50% muito satisfeitos com os professores, 25% satisfeitos, 17% pouco satisfeitos e 8% insatisfeitos porque gostariam que tivessem mais instrutores presentes no Parque. Com relação ao Programa “Cidade em Movimento”, 83% dos freqüentadores estão muito satisfeitos e não gostariam de mudanças. Já os outros 17% sugeriram, para melhoramento dessa iniciativa,

que a Prefeitura disponibilizasse um espaço coberto e investisse em mais informações sobre os equipamentos.

4.2 ZONA OESTE- PRAÇA ULISSES GUIMARÃES

A Praça Ulisses Guimarães, localizada no Parque Residencial Aquarius, é considerada como uma das maiores praças da cidade de São José dos Campos, como uma área de 38 mil m². O local é composto por pista de caminhadas, equipado com um espaço de ginástica e playground para as crianças. Os domingos, a Praça hospeda o Programa “Vem Brincar”, destinado a interação de pais e crianças.

O público freqüentador da Praça é de mulheres, com faixa de idade dos 15 anos aos 60 anos, sendo as jovens na faixa dos 20 anos o perfil de usuários. A presença dos homens nas atividades ainda é reduzida, sendo a faixa de idade dos 60 anos. A maioria dos entrevistados, 50%, possui nível superior, 33% ensino médio e 17% especialização. Já a faixa salarial de 50% dos usuários é de 3 a 6 salários mínimos, 25% recebem de 6 a 9 salários, 17% ganham de 1 a 3 salários e 8% de 9 a 12 salários mínimos. A atuação profissional desses freqüentadores é 34% no ramo do comércio, 17% atividades informais, 17% donas de casa, 8% jurídico, 8% saúde, 8% estudantes e 8% do segmento educacional.

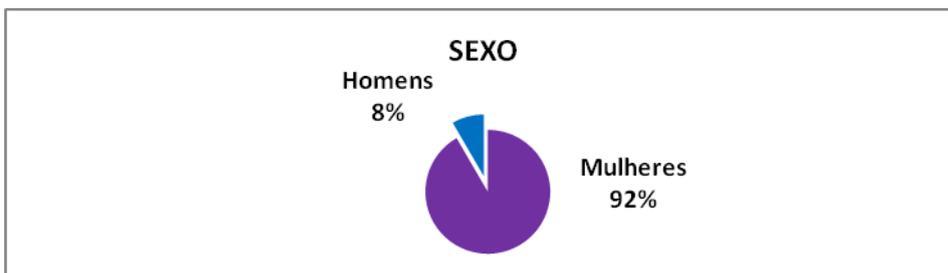


Gráfico 4- Sexo dos usuários da Praça Ulisses Guimarães

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

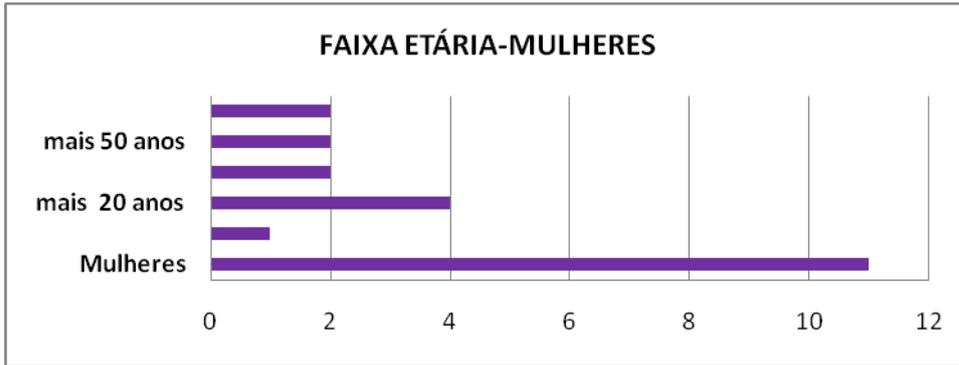


Gráfico 5- Faixa etária das mulheres da Praça Ulisses Guimarães

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

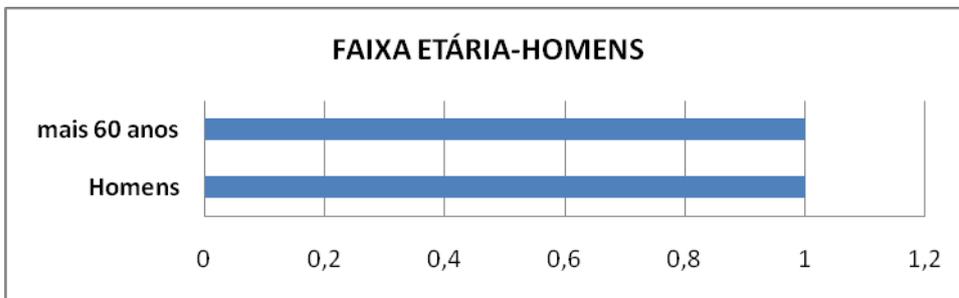


Gráfico 6- Faixa etária dos homens da Praça Ulisses Guimarães

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

Os hábitos de vida desse público freqüentador da Praça Ulisses Guimarães são, na maioria, 92% de pessoas que afirmaram não possuir problemas de saúde, salvo 8% que disseram serem hipertensas. Os entrevistados, 67% falaram que nunca praticou uma atividade física, outros 33% afirmaram que já fizeram atividades como: zumba, pilates, handebol e aikido. Com relação a freqüentar academia, 64% nunca freqüentaram esses espaços, já 18% fez uso desses locais por mais de seis meses e 18% por mais de um ano. Essa população local costuma utilizar a praça no horário das 16hrs às 18hrs.

De acordo com 83% dos entrevistados da Praça Ulisses Guimarães disseram que foram convidados a participar da iniciativa e, uma minoria, 17%, conheceu o Programa através de amigos. Desse público, 75% já faz uso do Programa há mais de 12 meses, 17% de 3 a 6 meses e 8% de 1 a 3 meses. A maior

parte dos usuários, 55%, utiliza diariamente os equipamentos de ginástica, 27% usam de vez em quando, 9% mais de duas vezes por semana e 9% não utilizam a aparelhagem. A totalidade dos entrevistados afirmou não possuir dificuldades em sua utilização, estando 42% satisfeitos e 58% muito satisfeitos com esses aparelhos.

O público da Praça Ulisses Guimarães, 84%, afirmou que sua principal motivação em participar das aulas de alongamento é pela saúde, 8% pelo lazer e 8% para fazer amizades. Sobre a regularidade nas aulas, 75% dos usuários vão diariamente para as aulas e 25% freqüentam mais de duas vezes por semana. Em sua maioria, 92% das pessoas, não sente dificuldade em executar os exercícios, porém, 8% reclamaram sobre dores musculares, dificultando assim, a execução dos exercícios. Maior parte desse público, 67%, não costuma freqüentar as atividades desenvolvidas pelo Programa nos fins de semana, 25% sempre participam e 8% somente de vez em quando. Quanto à melhora que esses usuários têm percebido após freqüentar o Programa, 86% dos entrevistados destacou o desempenho físico como a maior contribuição, seguindo 14% de melhora no sono.

Segundo os participantes dessa iniciativa da Prefeitura, 92% consideraram como ótima e 8% como regular, estando 67% muito satisfeito, 25% satisfeitos e 8% insatisfeitos com os professores. Essa insatisfação é referente à curta permanência desse educadores no local. Sobre as sugestões de mudanças para o Programa, a maioria, 75% dos freqüentadores, não mudaria coisa alguma, já outros, 25% sugeriram mudanças no programa como: formar equipes de corrida, utilizar pesos e trabalhar exercícios abdominais como parte das atividades desenvolvidas.

4.3 CENTRO- PARQUE VICENTINA ARANHA

Inaugurado em 2007, o Parque, tombado como patrimônio histórico, possui um bosque com área de 43.887,90m². De acordo com a secretaria de cultura de São José dos Campos o local recebe mensalmente cerca de 50 mil pessoas. No Parque ocorrem atividades além de físicas, culturais e ambientais.

O público freqüentar do local é composto em sua maioria por mulheres, com faixa etária entre 20 a 50 anos, sendo a maioria dos freqüentadores, de ambos os sexos, na faixa dos 30 anos. Já com relação aos homens essa faixa etária é dos 20 aos 60 anos. O ensino superior é a escolaridade predominante desses usuários, com 42%, já os do ensino médio são 33% e com especialização são 25%. A renda mensal de 50% dos entrevistados é 3 a 6 salários mínimos, 25% ganha de 1 a 3 salários, 17% recebem de 6 a 9 salários e 8% tem rendimento de 12 a 15 salários mínimos. Esse público é bem eclético profissionalmente com 17% de atuantes no ramo industrial, 17% no serviço público, 17% como profissionais liberais, 17% são estudantes e 8% no segmento educacional. Os demais não trabalham, sendo 8% aposentados, 8% dona de casa.

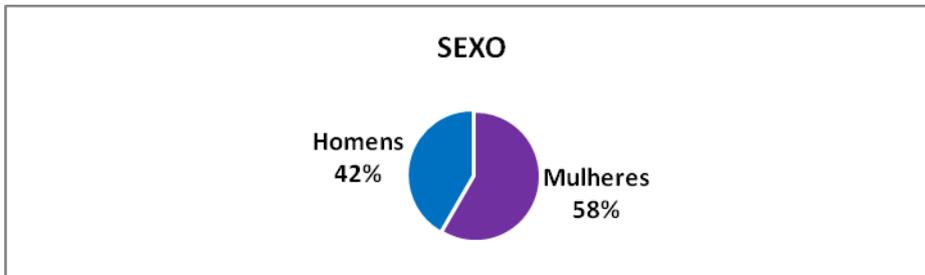


Gráfico 7- Sexo dos usuários do Parque Vicentina Aranha

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

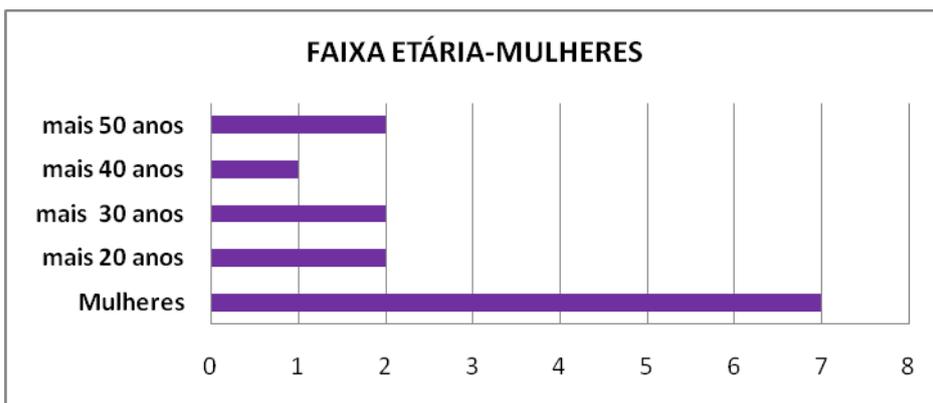


Gráfico 8- Faixa etária das mulheres do Parque Vicentina Aranha

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

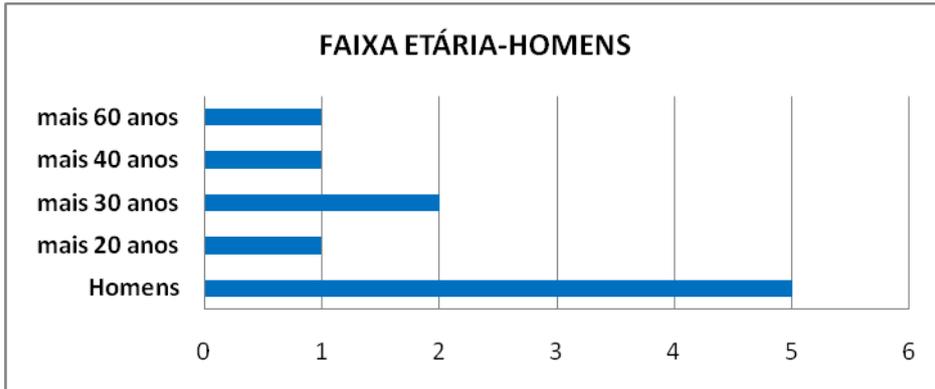


Gráfico 9- Faixa etária dos homens do Parque Vicentina Aranha

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

Com relação aos hábitos de vida, verificou-se que a maioria, 92%, não possui problemas de saúde, salvo 8% de usuários que são hipertensos. Esses freqüentadores, 58%, também afirmaram que nunca praticaram atividade física, outros, 42% já praticaram alguma atividade como: corrida, pilates, futebol, basquete e tênis. Segundo os entrevistados, metade, 50%, responderam que nunca freqüentou academia, 34% fizeram por mais de um ano, 8% por menos de seis meses e 8% por mais de seis meses. O horário que os 83% dos entrevistados costumam freqüentar o Parque é das 16hrs às 18hrs, os demais 17% vão das 19hrs às 10hrs.

Todos os usuários entrevistados afirmaram que conheceram o Programa porque foram convidados a participar. Desses freqüentadores, 67% já freqüentam a iniciativa há mais de 12 meses, 17% de 3 a 6 meses, 8% de 6 a 9 meses e 8% de 1 a 3 meses. Essa população local, 92%, utiliza os equipamentos de ginástica diariamente e 8% de vez em quando. Nenhum entrevistado revelou dificuldade em usar os aparelhos, estando 83% muito satisfeitos, 9% satisfeitos e 8% pouco satisfeitos com os equipamentos.

Sobre as atividades de alongamento, a principal motivação do público do Parque foi à saúde com 77%, sendo que 23% optaram por motivos de lazer. A maioria, 92%, freqüenta diariamente os exercícios, não possuindo dificuldade em sua execução, com exceção de 8% dos usuários revelarem que acham muito cansativo a atividade. Com relação às atividades de fim de semana desenvolvidas

pelo Programa, 33% respondeu que sempre participa das atividades desenvolvidas nesse período, 25% não participa, 25% vai de vez em quando e 17% vai quando se interessa pela programação. O melhoramento mais evidente notado por 80% dos usuários do Programa é com relação ao desempenho físico, os demais 20% notaram esse benefício no sono.

De acordo com o público local, 92% acha essa iniciativa ótima e 8% boa. A maioria dos usuários, 58% estão muito satisfeitos com os professores, 25% satisfeitos tendo alguns, 17%, insatisfeitos com esses educadores, pois, gostariam que eles permanecessem mais tempo no Parque. Para esses frequentadores, 83%, é preciso mudar as atividades agregando exercícios abdominais, com aulas mais dinâmicas, colocar anilhas, pesos e investir na infraestrutura com mais equipamentos. Somente 17% responderam estarem totalmente satisfeitos com tudo do Programa.

4.4 ZONA LESTE- VILA SÃO PEDRO

O público predominante deste local é do sexo feminino, na faixa dos 50 anos. Já sobre os homens essa faixa etária sobre para os 60 anos. No geral a idade que prevalece para ambos os sexos é dos 50 anos. O nível de escolaridade desses frequentadores é maioria do ensino fundamental, com 59%, os que fizeram ensino médio é 33% e 8% do ensino superior. A maior parte desses pesquisados, 67%, ganha mensalmente de 1 a 3 salários mínimos e 33% de 3 a 6 salários. Esses usuários são em sua maioria composto por 42% de aposentados, 42% de donas de casa, 8% comércio e 8% trabalhador informal.

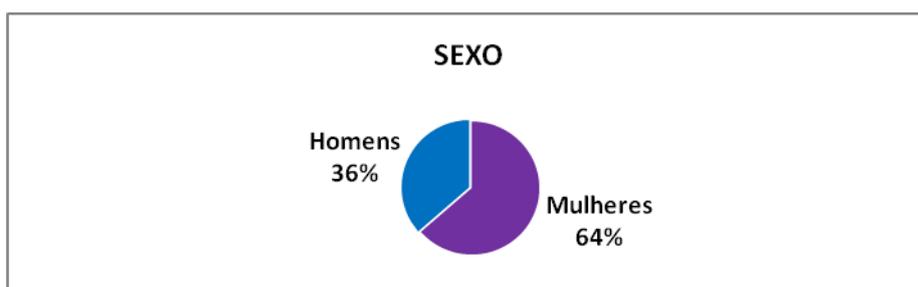


Gráfico 10- Sexo dos usuários da Vila São Pedro

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

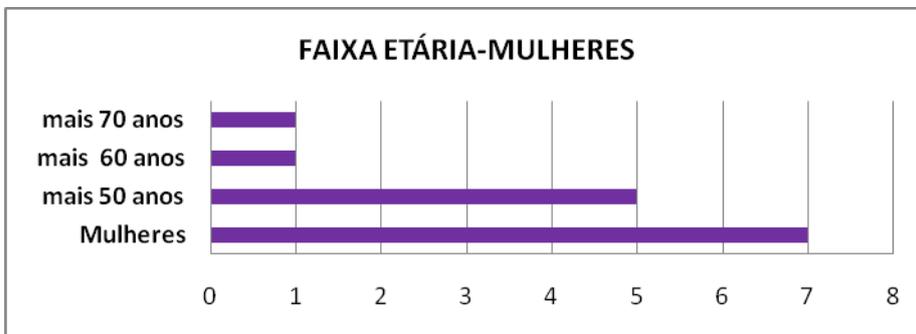


Gráfico 11- Faixa etária das mulheres da Vila São Pedro

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

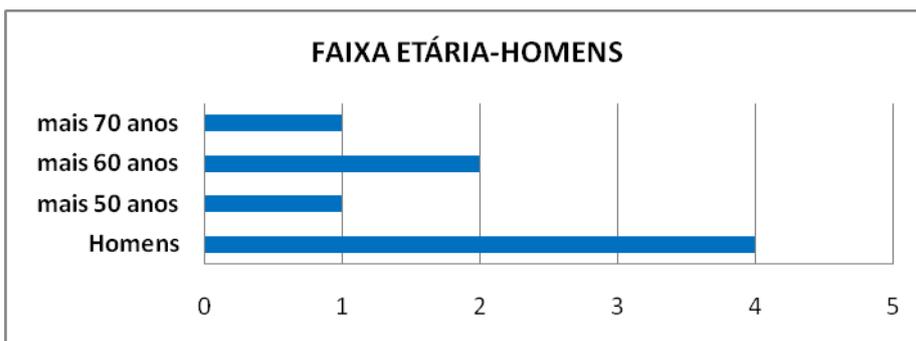


Gráfico 12- Faixa etária dos homens da Vila São Pedro

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

Com relação aos hábitos de vida a maioria, 39%, relatou problemas com hipertensão e 33% de diabetes, sendo que uma minoria, 17% não apresenta nenhuma enfermidade, 5% problema ósseo e 6% tem outro tipo de doença como tumor. Desses freqüentadores 83% afirmaram que nunca praticaram atividade física antes e uma minoria, 17%, já fizeram alguma pratica esportiva como: natação. Sobre freqüentarem uma academia de ginástica, a maioria, 83% respondeu que nunca freqüentou esses espaços. Alguns, 9%, já fizeram academia por menos de seis meses e os outros 8% por mais de seis meses. O horário que todos os pesquisados costumam ir para esses espaços públicos é pela manhã, das 07hrs às 10hrs.

Sobre como tiveram conhecimento do Programa “Cidade em Movimento”, todos os entrevistados afirmaram que foi por meio de convite para participar da iniciativa. Desse público, 92%, já integra essa iniciativa há mais de 12 meses e somente 8% tem uma participação mais recente no Programa, de seis a nove meses. Sobre a utilização dos equipamentos de ginástica, a maioria, 67%, dos usuários usam diariamente, 25% mais de duas vezes por semana e 8% nunca utilizam esses aparelhos. Eles afirmaram em sua totalidade que não possuem dificuldade em manipular esses equipamentos estando 92% muito satisfeitos e 8% satisfeitos com essa aparelhagem.

Para as aulas de alongamento, a saúde foi o fator motivacional que levou todos os usuários pesquisados a realizar a atividade. Eles praticam a atividade diariamente, 92%, e apenas 8% faz mais de duas vezes por semana os exercícios. Esse público não possui dificuldade alguma em executar os exercícios ministrados. A maioria, 75%, respondeu que não costuma participar das atividades desenvolvidas pelo Programa nos fins de semana. Uma minoria, 25%, disse que sempre está participando. Desse público, 53% perceberam melhoras com relação ao desempenho físico, 42% no sono e 5% no humor.

O conceito do Programa “Cidade em Movimento” nessa região é tido como ótimo pelos frequentadores. Eles também afirmaram, 83%, estarem muito satisfeitos com os educadores físicos que ministram as atividades, 9% satisfeitos e 8% pouco satisfeitos com os professores. Os usuários, 67%, estão satisfeitos no geral com o Programa e 8% gostariam que mudassem os professores. Já os outros 25% suggestionaram, para melhoramento dessa iniciativa, que a Prefeitura disponibilizasse água mineral, bicicletas e investisse na segurança.

4.5 ZONA SUL- PRAÇA ALDO PIRES

A Praça Aldo Pires está localizada no bairro do Parque Industrial, um dos mais populosos da cidade de São José dos Campos. O espaço possui pistas de corrida/caminhada e ciclovia, espaço para a academia ao ar livre, arborizada e boa iluminação.

As mulheres são o público mais assíduo do Programa nessa região da cidade, sendo a maioria da faixa dos 40 anos. Já para os homens essa idade aumenta pra os 60 anos. Para ambos os sexos a faixa dos 60 anos é o perfil predominante. Desse público da zona sul, 75%, possui escolaridade de nível fundamental e 25% nível médio com 50% de usuários ganhando mensalmente de 1 a 3 salários mínimos e os outros 50% de 3 a 6 salários. Esses freqüentadores são formados por 42% de aposentados, 33% donas de casa, 17% trabalhadores informais e 8% profissionais do ramo industrial.

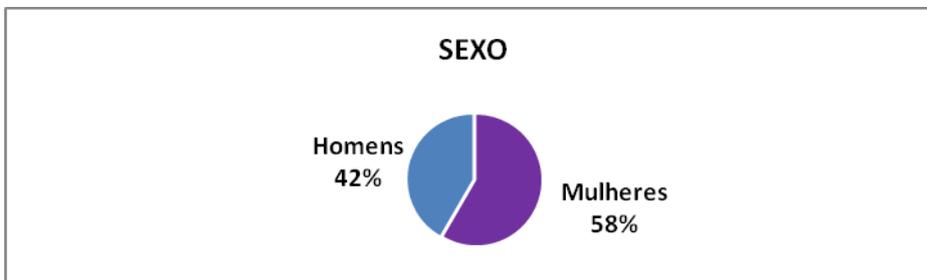


Gráfico 13- Sexo dos usuários da Praça Aldo Pires

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

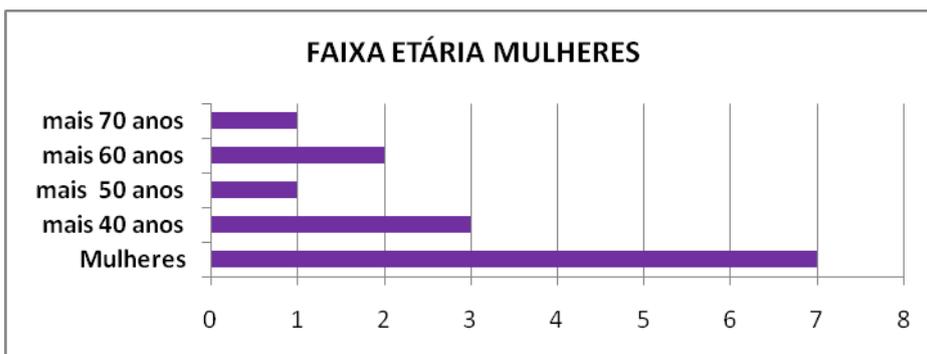


Gráfico 14- Faixa etária das mulheres da Praça Aldo Pires

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

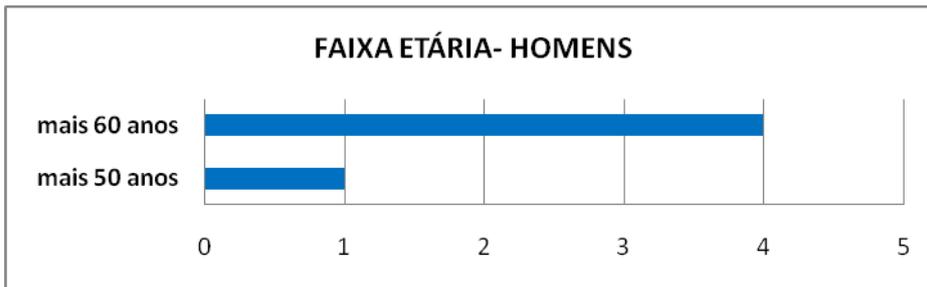


Gráfico 15- Faixa etária dos homens da Praça Aldo Pires

Fonte: Giselle Pereira de Souza (2014)

Com relação aos hábitos de vida verificou-se que 42% desses usuários possuem problemas de hipertensão, 29% de diabetes, 14% com doenças respiratórias e 14% problemas ósseos. Dos pesquisados 50% nunca fez uma atividade física, já os 50% já realizaram algum esporte como: hidroginástica, futebol e corrida. Dos 75% desses entrevistados afirmaram que nunca freqüentaram academia de ginástica e uma minoria, 25%, já fez uso desses espaços por menos de seis meses. Os usuários da zona sul costumam utilizar a praça no horário das 07 às 10hrs.

A maioria desses freqüentadores, 59%, teve conhecimento da iniciativa por meio de amigos, outros 33% foram convidados a participar do Programa por algum professor e 8% por cartazes. Desses usuários, 92% já freqüentam a iniciativa por mais de 12 meses e os demais, 8% participam do Programa de 6 a 9 meses. Diariamente, a maioria dessas pessoas, 67% utilizam os equipamentos de ginástica, 25% fazem uso por mais de duas vezes por semana e 8% usam de vez em quando. Eles não possuem dificuldade para utilizar esses aparelhos, estando 58% muito satisfeitos e 42% satisfeitos com a funcionalidade, manutenção e conservação desses equipamentos.

Sobre as aulas de alongamento a principal motivação da população da zona sul para freqüentar as aulas foi de 77% por conta da saúde e 33% para o lazer. A maioria, 83%, respondeu que realiza os exercícios diariamente e 17% mais de duas vezes por semana. Também 92% afirmaram não possuir dificuldade na execução dessa atividade e apenas 8% reclamaram de dores musculares na execução dos exercícios. Os freqüentadores, 75% também afirmaram que não costumam participar

de outras atividades desenvolvidas pelo Programa nos fins de semana, já 17% disseram que participam de vez em quando e 8% sempre participam. No quesito melhoria na qualidade de vida, os pesquisados As melhoras percebidas em suas vidas após essa iniciativa foram no: 23% para o desempenho físico, 23% no sono, 24% emagrecimento, 24% no humor e 6% na ansiedade.

Todos os pesquisados concordam que essa iniciativa da Prefeitura é ótima sendo que 67% estão muito satisfeitos com os professores, 25% satisfeitos e 8% pouco satisfeitos. Em sua maioria, 59% dos usuários estão satisfeitos de maneira geral com o Programa, infraestrutura disponível, atividades desenvolvidas dentre outros aspectos. Outros usuários, 33%, sugeriam algumas melhorias como: limpeza, investir em divulgação e colocar mais cestos de lixo e apenas 8% gostaria que mudasse a infraestrutura disponibilizando um espaço coberto para a realização das atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a população frequentadora das cinco regiões pesquisadas: sul, leste, oeste, centro e norte, em que ocorrem o Programa de políticas públicas “Cidade em Movimento” ficou evidente que o perfil socioeconômico mais efetivo dessa iniciativa é do sexo feminino com a presença de um público diversificado de jovens, adultos e terceira idade. Isso demonstra que existe uma maior preocupação e cuidado das mulheres com relação à saúde e bem-estar. No geral, o nível de escolaridade predominantes desses usuários é do ensino médio com renda média de 3 a 6 salários mínimos, o que demonstra uma média salarial acima da média brasileira, que é de até 2 salários mínimos por mês, de acordo com dados registrados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010.

Verificou-se também, que as idades dos frequentadores são mescladas, ou seja, a iniciativa contribui para a integração social e cultural de diversos públicos. O Programa tem sido utilizado principalmente pela população inativa como: aposentados e donas de casa, entre 40 a 60 anos, que freqüentam com assiduidade as atividades elevando assim, a qualidade de vida dessa fatia da população. É importante destacar que o público da terceira idade não apresentou reclamação com relação ao uso de equipamentos de ginástica nem sobre os exercícios de alongamento, que, segundo os professores pesquisados, são desenvolvidos de acordo com o perfil de público que costuma frequentar o local.

A saúde é o fator predominante que motiva esses usuários, que em sua maioria eram sedentários antes dessa Iniciativa, a buscarem cultivar hábitos saudáveis de vida e o Programa “Cidade em Movimento” tem proporcionado e contribuído para elevar essa consciência de prevenção a fim de evitar problemas futuros de saúde. Percebeu-se também que existem pessoas que frequentam essas atividades por já possuírem algum problema de saúde como diabetes, hipertensão, problemas respiratórios a fim de elevar a qualidade de vida, como também existe uma parcela da população que se encontra saudável e que enxergam, por meio das atividades físicas desenvolvidas pelo Programa, zelar pelo bem-estar.

A população pesquisada também ressaltou melhoras no seu dia-a-dia após frequentarem cotidianamente a programação da Iniciativa. Os usuários perceberam que houve evoluções físicas e emocionais na sua vida como: no desempenho físico, apresentando melhor disposição para o trabalho e atividades rotineiras, o sono, emagrecimento e humor também foram destacados como benefícios do Programa. Isso demonstra que as atividades desenvolvidas pelo “Cidade em Movimento” são eficientes para o melhoramento da saúde e bem-estar.

De acordo com os entrevistados, notou-se que existem demandas específicas de cada zona da cidade. Conforme as opiniões coletadas pelos questionários, moradores de algumas regiões gostariam que a Prefeitura investisse em segurança para que eles possam praticar as atividades com maior tranquilidade, já usuários de outros locais pediram que fosse investido na limpeza do local. Desta maneira, fica evidente que por se tratar de uma política pública que atinge perfis heterogêneos da população de São José dos Campos, a Prefeitura deveria atentar-se para esses diferentes contextos a fim de que o Programa atinja cada vez mais um número maior e expressivo de pessoas, planejando ações direcionadas as necessidades culturais e físicas de cada região.

A efetividade das políticas públicas verifica-se a partir do momento em que seus resultados atingem gestores e população, de forma que ambos são beneficiados e isso tem ocorrido no Programa “Cidade em Movimento”. Isso ficou evidente pela aceitação e usufruto da comunidade de São José dos Campos, qualificando o Programa de maneira positiva. Porém, percebe-se que ainda existem alguns ajustes a serem feitos com relação a aspectos como: atividades desenvolvidas e sobre o tempo que os educadores físicos permanecem no local. Notou-se uma insatisfação com esses professores, pois, somente permanecem no local 3 horas no período diurno e 3 horas no período vespertino/noturno, não atendendo, desta maneira, as necessidades de orientação aos demais usuários que frequentam o local em horários diversos em que não contemplam a presença desses profissionais. É importante ressaltar que os horários estipulados pelo Programa em que existe a presença dos professores são de acordo com a demanda de frequentadores, favorecendo tanto a população trabalhadora quanto a inativa.

Outro ponto que precisa ser explorado e melhorado é com relação à divulgação do Programa. Percebeu-se, por meio da pesquisa, que em algumas regiões da cidade houve maior divulgação do que em outros, na somente sobre a programação semanal, mas também, as que ocorrem nos fins de semana. No geral, são os amigos e professores que incentivam novas pessoas para participar do “Cidade em Movimento”. A população precisa ter conhecimento dessas iniciativas para que possam ser atraídas e incentivadas a participar da programação e esta abarque cada vez mais pessoas.

Desta maneira, investir massivamente em políticas públicas que agreguem ações de saúde e bem-estar tem sido bem aceito pela população das classes sociais tanto menos como mais favorecidas da comunidade o que contribui para alavancar a qualidade de vida da população de São José dos Campos.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação**. Brasília: Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, 2000.

ARAUJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan; fase, 2000.

ARRETCHE, Marta. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 7-9, 2003.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM. **Dia Nacional de combate ao sedentarismo**. Disponível em: <<http://www.associacaoamigosdobem.org.br/eventos-30-dia-nacional-de-combate-ao-sedentarismo.html>>. Acessado em: 01 de agosto de 2014.

BARAN, Katna. **Sociedade precisa cobrar resultado de políticas públicas**. Gazeta do Povo, Curitiba, 03 de Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1261597>> Acessado em: 25 de agosto de 2014.

BÓGUS, C. M. **A promoção da saúde e a pesquisa avaliativa**. In: VILLELA, W; KALCKMANN, S. & PESSOTO, U. C. Investigar para o SUS: construindo linhas de pesquisa. Instituto de Saúde, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acessado em: 30 de julho de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaNacionalPromocaoSaude.pdf>> Acessado em: 01 de agosto de 2014.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANCIAN, Ricardo. **História e Crise do Welfare State**. (s/d). Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/sociologia/ult4264u30.jhtm>>. Acessado: 04 de agosto de 2014.

CARDOSO, Adauto Lúcio; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Avaliação de Políticas Públicas**: notas na perspectiva da gestão democrática e da ampliação da cidadania. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do; CHAVES, Sandra Isabel (org.). *Cidades Sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento*. Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2006.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Políticas Públicas**: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (org.). *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ensaio Sobre o Juízo de Constitucionalidade de Políticas Públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 86, n. 737, março, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos do Homem**. São Paulo: Saraiva, 1999.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de Programas Públicos**: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, n. 37, 2003.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

COTTA, Tereza Cristina. **Avaliação educacional e políticas públicas**: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Brasília: Revista do Serviço Público, n. 52, p. 89-111, out./dez. 2001.

COTTA, Tereza C. **Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais**: análise de resultados e de impacto. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. **Políticas Públicas Sociais**. In: Carvalho, A; SALES, F. (org). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2002.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/upload/avaliacao_de_politicas_publicas_e_programas_governamentais.pdf> Acessado: 25 de setembro de 2014.

DALLARI, Sueli Gandolfi. **Direito Sanitário**. In: ARANHA, Márcio Iorio e TOJAL, Sebastião Botto de Barros (org.). curso de Especialização à Distância em Direito Sanitário para Membros do Ministério Público e da Magistratura Federal. Brasília: Faculdade de Direito da UnB – Ministério da Saúde, 2001.

DEMETERCO NETO, Antônio; SANTOS, Francisco Dionísio Alpendre dos; NAGEM, Julio Vinicius G. **Estado e Desenvolvimento Sustentável: o problema da aplicabilidade das normas constitucionais**. SILVA, C. L. (Org.) (2006). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes.

EUROPEAN FOOD INTERNATIONAL COUNCIL. **Os Benefícios da Atividade Física**. Disponível em: <http://www.eufic.org/article/pt/saude-e-estilo-de-vida/atividade-fisica/artid/beneficios-da-atividade-fisica/> Acessado: 24 de setembro de 2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p. 97-169, out. 2005

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GODOY, Arilda. Shmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record. 1999.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, Ed. Alínea, 2. ed., 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martino; ANTICO, Cláudia. **Indicadores e a Gestão de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Poi%C3%ADticas_Publ

icas/Indicadores_e_Gest%C3%A3o_de_Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas.pdf>
Acessado: 24 de setembro de 2014.

LOURENÇO, Marcus Santos. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. In: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (Org.) (2005). Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. 1 ed. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-58.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARIETTO, Vanessa Salvador. **Atividade Física e Saúde Mental**. Disponível em: <<http://maisequilibrio.com.br/fitness/atividade-fisica-e-saude-mental-3-1-2-490.html>> Acessado: 25 de setembro de 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATSUDO, Sandra Mahecha; MATSUDO, Vitor Rodrigues; ARAÚJO, Timóteo; ANDRADE, Douglas; ANDRADE, Erinaldo; OLIVEIRA, Luis, BRAGGION, Glaucia. **Nível de atividade física da população do estado de São Paulo: análise de acordo com o gênero, idade, nível sócio-econômico, distribuição geográfica e de conhecimento**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 10, n 4 41-50, 2002.

MATTAR, F. N.. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2v., .v.2, 1994.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Políticas públicas devem ser voltadas para felicidade e bem-estar**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/politicas-publicas-devem-ser-voltadas-para-felicidade-e-bem-estar/>>. Acessado em: 05 de agosto de 2014.

PAIM, Janilson Silva. **Bases Conceituais da Reforma Sanitária Brasileira**. In: FLEURY, Sônia Maria Teixeira (org.). Saúde e Democracia: A luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

POLIGNANO, Marcus Vinicius. **História das políticas de saúde no Brasil**: uma pequena revisão. 2006. Disponível em: <www.saude.mt.gov.br/arquivo/2226>. Acessado em: 30 de agosto de 2014.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Cidade em Movimento**. Disponível em:<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/esportes_e_lazer/cidade_em_movimento.a_spx>. Acessado em: 04 de agosto de 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Marta Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

RUAS, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). O estudo da política. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, J.A., PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

SARAIVA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAIVA, Enrique; FERNANDES, Elisabete. (Org.). Políticas públicas. Brasília: ENAP, 2007. Coletânea, v. 1. p. 21-43.

SILVA, Chistian Luiz da; RAULI, Fabiano de Castro. **Avaliação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável**: um estudo de caso dos programas de educação de Curitiba de 1998 a 2005. , vol.12, n.23, 2009.

SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. **A avaliação de programas públicos**: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: Ipea, 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Porto Alegre: ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. **Avaliação de Políticas Públicas**: uma revisão histórica de um campo em construção. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, FGV, maio/junho 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN. Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APENDICE

QUESTIONÁRIO PROGRAMA “CIDADE EM MOVIMENTO”- USUÁRIOS

LOCAL: _____

Nome:
Idade:
Profissão:
Esses dados não serão divulgados

PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Qual é o seu nível de escolaridade?

- A) Ensino Fundamental
- B) Ensino Médio
- C) Ensino Superior
- D) Especialização
- E) Mestrado
- F) Doutorado

2. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- A) De 1 a 3 salários mínimos
- B) De 3 a 6 salários mínimos
- C) De 6 a 9 salários mínimos
- D) De 9 a 12 salários mínimos
- E) De 12 a 15 salários mínimos
- F) Mais de 15 salários mínimos
- G) Recebe ajuda de familiares

3. Em que ramo de atividade trabalha atualmente?

- A) Indústria
- B) Comércio
- C) Construção civil
- D) Banco
- E) Transporte
- F) Hotelaria
- G) Serviço Público
- H) Profissional liberal
- I) Educação
- J) Atividades informais
- K) Dona de casa
- L) Trabalho doméstico
- M) Outro.

Qual? _____

- N) Não trabalho

HÁBITOS DE VIDA

4. Possui problemas de saúde?

- A) Hipertensão
- B) Diabetes
- C) Doença respiratória
- D) Artrite, artrose, hérnia de disco
- E) Depressão, stress, ansiedade.

F) Outros.

Quais? _____

5. Já praticou alguma atividade física antes?

- A) Nunca
- B) Sempre. Quais? _____
- C) Sim, por muitos anos. Quais? _____
- D) Sim, por pouco tempo. Quais? _____

6. Já freqüentou academia de ginástica?

- A) Nunca
- B) Menos de seis meses
- C) Mais de seis meses
- D) Mais de um ano

7. Quais os horários você costuma frequentar a praça?

- A) Das 07 às 10hrs
- B) 16 às 18hrs
- C) 19 às 21hrs
- D) Outros _____ horários.
Qual? _____

PROGRAMA “CIDADE EM MOVIMENTO”

8. Como ficou conhecendo o Programa “Cidade em Movimento”?

- A) Amigos
- B) Cartazes
- C) Internet
- D) Foi convidado a participar

9. Há quanto tempo frequenta o Programa?

- A) 1 a 3 meses
- B) 3 a 6 meses
- C) 6 a 9 meses
- D) 9 a 12 meses

E) Mais de 12 meses

10. Utiliza os equipamentos de ginástica oferecidos pelo Programa?

- A) Nunca
- B) Diariamente
- C) De vez em quando
- D) Mais de duas vezes por semana

11. Tem dificuldade em utilizar os equipamentos de ginástica?

- A) Não
- B) Sim

12. Qual o seu grau de satisfação com os equipamentos de ginástica?

- A) Satisfeito
 - B) Muito satisfeito
 - C) Pouco satisfeito
 - D) Insatisfeito. Por quê?
- _____

13. O que te motivou a fazer as aulas de alongamento do Programa?

- A) Saúde
- B) Lazer
- C) Financeiro
- D) Fazer amizades

14. Com que regularidade você frequenta as aulas de alongamento?

- A) Diariamente
- B) Mais de duas vezes por semana
- C) De vez em quando
- D) Quando tenho tempo

15. Tem dificuldade em executar os exercícios de alongamento?

- A) Não
- B) Sim, pois, sinto dores musculares
- C) De vez em quando acho os exercícios difíceis de serem executáveis
- D) Sim, pois, acho muito cansativo
- E) Outro? _____

16. Costuma participar das atividades desenvolvidas pelo Programa nos fins de semana?

- A) Não
 - B) Sempre
 - C) De vez em quando
 - D) Quando me interessa pela programação
 - E) Outro? _____
- _____

17. Tem percebido alguma melhora após praticar as atividades físicas desenvolvidas pelo Programa?

- A) Desempenho físico
 - B) Sono
 - C) Emagrecimento
 - D) Humor
 - E) Ansiedade
 - F) Outro.
- Qual? _____
- _____

18. O que você acha dessa iniciativa da Prefeitura Municipal?

- A) Ótima
- B) Boa
- C) Regular
- D) Não sei

19. Qual o seu grau de satisfação com os professores?

- A) Satisfeito
 - B) Muito satisfeito
 - C) Pouco satisfeito
 - D) Insatisfeito. Por quê?
- _____

20. Gostaria que mudasse algo nesse Programa?

- A) Nada
 - B) Infraestrutura
 - C) Horários
 - D) Professores
 - E) Atividades
 - F) Tempo de permanência do professor na praça
 - G) Outra sugestão. Qual?
- _____

QUESTIONÁRIO: PROGRAMA “CIDADE EM MOVIMENTO”- PROFESSORES LOCAL: _____

Nome:

(Não será divulgado na pesquisa)

Idade:

Formação acadêmica:

1. **Há quanto tempo é professor do Programa “Cidade em Movimento”?**
 - A) Menos de 1 ano
 - B) Mais de 1 ano
 - C) Mais de 2 anos
 - D) Menos de 3 anos
2. **Qual o público mais assíduo do Programa?**
 - A) Mulheres
 - B) Homens
3. **Qual a faixa etária desses usuários?**
 - A) Adolescentes (A partir dos 12 anos)
 - B) Adultos (A partir dos 18 anos)
 - C) Terceira idade (Acima dos 60 anos)
4. **Com que frequência ocorrem os treinamentos de capacitação?**
 - A) Mensal
 - B) Bimestral
 - C) Trimestral
 - D) Semestral
5. **Como são elaborados os exercícios?**
 - A) Professor prepara seu treino de acordo com o público que frequenta
 - B) Prefeitura estipula os exercícios e os professores adaptam
 - C) Professores acatam sugestão de usuários
 - D) Outros? _____
6. **Quais as sugestões de melhorias para o Programa?**
 - A) Mudança nos horários
 - B) Mais aparelhos de ginástica
 - C) Maior divulgação
 - D) Mais professores
 - E) Outras. Quais? _____
7. **Na sua opinião, os equipamentos presentes no local são suficientes?**
 - A) Sim
 - B) Não. Poderia ter maior quantidade
 - C) Não. Poderia ter maior variedade
8. **Você está satisfeito com o desempenho obtido pelos usuários do Programa?**
 - A) Muito satisfeito
 - B) Satisfeito
 - C) Pouco satisfeito
 - D) Insatisfeito
9. **Percebe alguma dificuldade dos usuários com relação ao Programa?**
 - A) Não
 - B) Sim. Mau uso dos equipamentos
 - C) Sim. Dificuldade na execução dos exercícios
 - D) Sim. Falta de estímulo para participar das atividades
 - E) Sim. Preconceito com o Programa
10. **Em média, quantos usuários participam das atividades de alongamento?**
 - A) Mais de 10
 - B) Mais de 20
 - C) Mais de 30
 - D) Acima de 40